

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013/2012 ( CONTINUAÇÃO )**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Abaixo demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações	31.12.2013		31.12.2012	
	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)
Cíveis	1.092	14.651	923	11.761
Trabalhistas	205	2660	170	2.986
Tributárias	26	19.485	26	16.176
<b>Total</b>	<b>1.323</b>	<b>36.796</b>	<b>1.119</b>	<b>30.923</b>

**(i) Processos trabalhistas**

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

**(ii) Processos cíveis**

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

**(iii) Cessão de crédito rural com coobrigação:**

Trata-se de provisão constituída para cobrir possíveis perdas nas operações de Crédito Rural Securitizados (cedidas) pelo Banco à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), objeto do contrato de equalização de encargos financeiros e de alongamento de dívidas originárias do crédito rural.

**(iv) Obrigações legais – Fiscais e previdenciárias**

O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 30 de junho de 2013, são:

- CPMF: R\$ 2.742. Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o Banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de declarações relacionadas à CPMF. No mérito, é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- ITR: R\$ 60. Trata-se de execução fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo Banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de execução fiscal já em curso. Os acertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da Certidão de Dívida Ativa (CDA). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

- IPTU: R\$ 428. Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Belém/PA, visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativos a imóveis do patrimônio do Banco. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário, tendo em conta que o BAPARÁ já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito administrativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos.

**a) Movimentação das provisões:**

	31.12.2013			31.12.2012		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
<b>No início do Semestre</b>	<b>4.069</b>	<b>9.953</b>	<b>2.911</b>	<b>2.361</b>	<b>9.681</b>	<b>2.610</b>
Atualização Monetária	588	1.450	319	1.289	1.231	-
Constituições	276	1.741	-	1.050	340	428
Reversões	(919)	(622)	-	(184)	(829)	(127)
Pagamentos	(1.120)	(3.266)	-	(447)	(470)	-
<b>No final do Semestre</b>	<b>2.894</b>	<b>9.256</b>	<b>3.230</b>	<b>4.069</b>	<b>9.953</b>	<b>2.911</b>

**13. Patrimônio líquido**

**13.1 Capital Social**

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto.

Em 03.09.2013 o Banco Central do Brasil – BACEN homologou a proposta da Assembleia Geral Extraordinária do dia 12 de junho de 2013 para aumento de Capital Social do Banco em R\$ 136.343, com a incorporação das Reservas de Lucro sem alterações dos números de ações, alterando o valor de R\$ 264.141 para R\$ 400.484.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco.

Acionista	Total	31.12.2013 %	Total	Total	31.12.2012 %	Total
Estado do Pará	9.519.433	99,9767	9.519.433	9.519.433	99,9767	9.519.433
Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do Banpará	755	0,0080	755	759	0,0080	759
Administradores	11	0,0001	12	11	0,0001	11
Demais Acionistas	1.450	0,0152	1.449	1.446	0,0152	1.446
<b>Total</b>	<b>9.521.649</b>	<b>100,00</b>	<b>9.521.649</b>	<b>9.521.649</b>	<b>100,00</b>	<b>9.521.649</b>

**Ações em circulação**

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANCO, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação <sup>1</sup>	Ações em circulação <sup>2</sup>	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.444	2.205	9.521.649	0,0232

<sup>1</sup> Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do Banco.

<sup>2</sup> Totais de ações emitidas pelo Banco, excetuadas aquelas identificadas no item 1 acima.

**13.2 Pagamentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - J.C.P.**

Sobre o resultado do exercício 2013, foi computado R\$ 35.216 a título de dividendos obrigatórios conforme estabelecido no Estatuto Social, deste foi imputado o montante de R\$20.994 referente a juros sobre capital próprio distribuído ao longo do exercício conforme deliberação do Conselho de Administração. Na rubrica "Social e Estatutária" está registrado o montante de R\$14.222 referente a dividendos a pagar.

**14. Gestão de risco**

No que diz respeito à gestão de riscos, o Banco desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia e de forma alinhada às boas práticas de mercado, utilizando como processos contínuos o aprimoramento sistemático das políticas de gestão de riscos, sistemas de controles internos e normas de segurança, todos integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banco. Com vistas a tornar as análises dos Riscos Corporativos mais acuradas foram adotadas as seguintes ações para o período:

**Risco de Mercado:**

O Risco de Mercado origina-se da variação do valor dos ativos e passivos, causada por mudanças nos preços e taxas de mercado, mudanças na correlação entre eles e nas suas volatilidades. Para mensurar o risco de mercado o Banco calcula diariamente o valor em risco (VaR) para o horizonte de 1 dia, com 95% de confiança. A verificação da aderência do modelo de cálculo é realizada trimestralmente por análise de Backtesting, a qual valida a metodologia de cálculo que utiliza decaimento exponencial EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), tanto para cálculo do VaR quanto para cálculo de volatilidades.

No decorrer do 4º trimestre de 2013, o VaR manteve-se abaixo do limite máximo de 5% do PR estabelecido na Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado, tendo registrado, o valor máximo de 2,7%, em relação ao PR.

**Análise de Sensibilidade**

O Banco acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira global, com estimativas do percentual da variação do valor de mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência, com utilização de choque nas taxas de juros que possam causar impactos na carteira do Banco. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados na carteira de negociação (Trading) e os ativos não classificados na carteira de negociação (Banking), para base do 4º Trimestre de 2013:

Patrimônio de Referência	Fator de Risco	dez/13			dez/12		
		506.129			419.834		
		Cenários (Mil)			Cenários (Mil)		
Carteira	Pré	1	2	3	1	2	3
		Trading	Pré	R\$ 80	R\$ 336	R\$ 583	R\$ 8
TR	R\$ 40.349		R\$ 165.329	R\$ 280.047	R\$ 8.788	R\$ 98.109	R\$ 181.448
Banking	Pré	81 Bp	346 Bp	610 Bp	17 Bp	196 Bp	374 Bp
	TR	R\$ 1.912	R\$ 18.446	R\$ 35.034	R\$ 1.135	R\$ 19.696	R\$ 35.331
		20 Bp	214 Bp	447 Bp	11 Bp	188 Bp	365 Bp

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

CENÁRIO 1 – situação provável tendo por base as variáveis de mercado como curvas Pré e TR impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a respectiva data base com o período de 1 ano.

CENÁRIO 2 – situação de deterioração de 25% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas Pré e TR para data base.

CENÁRIO 3 – situação de deterioração de 50% nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas pré e TR para data base.

Referente ao risco cambial, o BANPARÁ realiza operações de troca de moedas, dólar e euro, porém em volume não significativo.